Crescer sem convergir

Publicado em 2026-11-21 10:49:00



FRAGMENTOS DO CAOS · FC-CHRONIC-NEWS · CRÓNICA

Crescer sem convergir

Portugal em 2026: uma economia que cresce, um país que não chega lá, e uma democracia posta à prova

Lisboa, novembro de 2026

aos períodos identificados no texto e no quadro. As fontes são apresentadas no final, conforme o documento original.

Há dois retratos de Portugal a circular ao mesmo tempo, e ambos são verdadeiros. No primeiro, o país foi considerado pela The Economist a "economia do ano" de 2025, cresce acima da média europeia, tem o desemprego no nível mais baixo desde 2011, contas públicas próximas do equilíbrio e uma dívida a descer para menos de 90% do PIB. No segundo, milhares de pessoas montaram tendas no Rossio e na Praça D. João I porque não conseguem pagar uma casa, a polícia desmontou os acampamentos à bastonada, e as sondagens mostram um povo insatisfeito e pessimista com a sua democracia.

Esta crónica tenta explicar porque é que os dois retratos coexistem. A resposta curta é que Portugal cresce, mas não converge: a distância para a Europa rica não fecha, os salários continuam presos perto do mínimo, e o custo da habitação come o pouco que se ganha. Sobre esse chão económico assenta uma crise de confiança política que já se vê nas instituições, nas urnas e na rua.

Resiliência, o indicador que melhor resume o nível de vida — o PIB per capita em paridades de poder de compra — continua a colocar Portugal no terço inferior da União. Em 2024 o país chegou a 82,4% da média europeia; as estimativas preliminares do Eurostat para 2025 apontam para 81%, um ligeiro recuo, mantendo Portugal na 18.ª posição entre 27, três lugares abaixo do que ocupava em 2000.

E o número pode ser pior. Quando o INE reviu em alta a população residente para cerca de 11,4 milhões, o ECO refez as contas e chegou a cerca de 76% da média europeia. Mais gente a dividir a mesma riqueza dá menos riqueza por pessoa. Pelo caminho, a maioria das economias de Leste — que entraram muito depois e receberam muito menos fundos — ultrapassou Portugal.

A raiz está na produtividade. O próprio Ministério do Trabalho reconhece que a produtividade por hora ficou, em 2025, 28% abaixo da média da UE, e os salários 35% abaixo. Sem produzir mais valor por hora, o país não consegue pagar melhor de forma sustentada. A isto soma-se uma geografia desigual: a Grande Lisboa tem um PIB per capita acima da média europeia (128,9%), enquanto o Tâmega e Sousa fica pelos 53%. Há, na prática, vários Portugais dentro de Portugal.

Portugal em números

Produtividade por hora (2025)	28% abaixo da média UE	UE = 100
Salários face à UE	35% abaixo	UE = 100
Trabalhadores com salário base ≤ 1.000 € brutos (nov. 2025)	55,9%	—
Salário mínimo / salário mediano (2025)	91%	—
Preço das casas (2015 → 1.º sem. 2026)	× 2,9	Rendimento líquido: +60%
Risco de pobreza antes / depois de transferências (2024)	40,7% / 15,4%	—
Índice de Perceção da Corrupção (2025)	56 pontos, pior registo de sempre	0–100
Taxa de desemprego (2.º trim. 2026)	5,3%, mínimo desde 2011	—

Fontes: Eurostat, INE, Ministério do Trabalho, CGTP (dados da Segurança Social), Banco de Portugal, Transparência Internacional. Valores arredondados.

2. Salários que não chegam ao fim do mês

O salário médio bruto subiu para 1.694 euros em 2025, e o Governo sublinha, com razão, que os salários reais cresceram mais de 3%. Mas a média engana. Segundo um estudo da CGTP

920 euros, já equivale a 91% dele.

Isto significa que o salário mínimo deixou de ser um patamar de entrada para se tornar o salário típico. É uma conquista de quem defende a sua subida — a desigualdade salarial diminuiu —, mas é também o sinal de uma estrutura salarial esmagada, em que trabalhar mais anos ou ter mais qualificações compensa pouco. Não admira que tantos jovens qualificados emigrem.

3. A casa como linha da fronteira

Se há um dado que explica o mal-estar dos últimos anos, é este: entre 2015 e o primeiro semestre de 2026, o rendimento líquido das famílias subiu cerca de 60%, e o preço das casas subiu 194%. As casas ficaram quase três vezes mais caras. Em 2025 a subida foi de 17,6%, a maior de que há registo no INE e uma das mais altas da União Europeia; em 2026 o ritmo mantém-se perto dos 18%. As rendas dos novos contratos subiram 9,1% no início do ano.

As causas são conhecidas e discutidas: oferta de construção que não acompanha a procura, crescimento da população, procura externa, turismo e alojamento local, licenciamento lento. As soluções dividem os partidos — mais construção e menos impostos para uns, controlo de rendas e habitação

Os números da pobreza mostram até que ponto o Estado social segura a sociedade portuguesa. Segundo o INE, sem qualquer transferência social, 40,7% da população estaria em risco de pobreza. As pensões fazem descer esse valor para perto de 21%, e os restantes apoios — doença, incapacidade, família, desemprego, inclusão — para 15,4%.

Há boas notícias aqui: a pobreza desceu três anos seguidos e o coeficiente de Gini caiu para 30,9% em 2024. Mas há também um aviso. Uma economia em que o mercado de trabalho, por si só, deixaria dois em cada cinco residentes abaixo do limiar de pobreza é uma economia em que trabalhar não basta. E as estimativas para 2025 sugerem que a descida da pobreza parou.

5. A política do cansaço

É sobre este chão que assenta a crise política. Em pouco mais de três anos, Portugal teve três governos e três eleições legislativas antecipadas. O Governo de António Costa caiu em 2023 no meio da Operação Influencer; o primeiro Governo de Luís Montenegro caiu em 2025 por causa das dúvidas sobre a empresa familiar Spinumviva. Montenegro voltou a vencer e governa em minoria, enquanto o Chega se consolidou como grande força parlamentar.

Internacional, o país obteve 56 pontos em 2025, o pior resultado de sempre. A Comissão Europeia, no relatório sobre o Estado de Direito, aponta a falta de progresso na eficiência da justiça e os atrasos nas investigações de corrupção de alto nível, com risco de prescrições.

O Governo contesta a leitura mais sombria: lembra a Agenda Anticorrupção, com 42 medidas e boa parte já concluída, e argumenta que os índices refletem perceções e períodos anteriores. Investigadores como Tiago Fernandes, do V-Dem, falam de uma erosão "ligeira" e "não alarmante", num país que continua a ser uma democracia liberal. Mas a perceção conta: numa sondagem de abril, apenas 14,4% dos portugueses achavam que a democracia iria melhorar.

6. A rua, os tribunais e os limites

O outono de 2026 juntou as duas crises numa só imagem. Os acampamentos pela habitação, iniciados no Porto a 10 de outubro e alargados a Lisboa, foram desmantelados pela PSP em várias madrugadas, com detenções e um número de feridos que a polícia e os organizadores contam de forma muito diferente. O primeiro-ministro defendeu que a atuação respeitou os princípios da necessidade e da proporcionalidade; constitucionalistas como Jorge Reis Novais e Teresa Violante consideraram o direito de manifestação "violado de forma

que funcionam. O Tribunal Constitucional travou partes da revisão da Lei da Nacionalidade e chumbou, por duas vezes, a perda de nacionalidade como pena acessória. Os tribunais cíveis obrigaram André Ventura a retirar cartazes sobre a comunidade cigana, considerados discriminatórios. Na segunda volta das presidenciais, os eleitores escolheram António José Seguro. Para uns, isto prova que a democracia resiste; para outros, que o sistema se fecha a quem o contesta. Ambas as leituras circulam, e essa divisão é, em si mesma, um dado do momento.

Conclusão: o que separa os dois retratos

Portugal não está em colapso, e é desonesto descrevê-lo assim: cresce, emprega, paga as dívidas e mantém instituições que funcionam. Mas também é desonesto fingir que está tudo bem quando a maioria de quem trabalha ganha perto do mínimo, as casas triplicaram de preço e a justiça demora anos a julgar os casos que mais minam a confiança pública.

O descontentamento não nasce do nada nem é apenas fruto de discursos populistas; tem uma base material bem concreta. A questão para os próximos anos é saber se o sistema político consegue transformar o crescimento em convergência real — mais produtividade, melhores salários, mais casas, justiça mais rápida — antes que a paciência dos portugueses se esgote. É

Principais fontes

- Eurostat e INE — PIB per capita em PPC (2024–2025); ECO, “Mais residentes, menos PIB per capita” (jun. 2026)
- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social — produtividade e salários face à UE (fev. 2026)
- INE — Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2025; Índice de Preços da Habitação; estatísticas de rendas (2026)
- CGTP — estudo sobre salários com base na Segurança Social (fev. 2026); Banco de Portugal — salário mínimo vs. mediano
- Banco de Portugal — Boletim Económico (out. 2026); Randstad Research / INE — Inquérito ao Emprego (ago. 2026)
- International IDEA — Global State of Democracy 2026; V-Dem — Democracy Report 2026
- Transparência Internacional — Índice de Perceção da Corrupção 2025; Comissão Europeia — Relatório sobre o Estado de Direito 2026
- Reuters, Lusa, RTP, Público, Observador, DN e ECO — cobertura dos protestos pela habitação (out.–nov. 2026), da Lei da Nacionalidade e do caso dos cartazes

---

Francisco Gonçalves

Crónica para Fragmentos do Caos.

Preparação editorial e conversão digital com Augustus Veritas, assistente da OpenAI.